

# Pesquisa sobre municipalização do trânsito e regulamentação do exercício da atividade de moto taxista e de moto boy

## Tabulação dos Resultados da Pesquisa

**Objetivos:** Diagnosticar a situação atual dos municípios brasileiros em relação a questões referentes ao trânsito, quais sejam: municipalização e regulamentação das atividades de moto taxista e moto boy.

**Metodologia:** A pesquisa foi feita via telefone pelo setor de pesquisas da CNM. Foram consultados 94% dos municípios brasileiros (5.241 cidades).

**Período da coleta de informações:** novembro/2009 a abril/2010.

**Amostra da pesquisa** – distribuição dos municípios pesquisados por UF. Trata-se de uma amostra bem representativa e realista, pois foram pesquisados municípios de todos os portes populacionais de todos os estados brasileiros.

UF	Municípios que responderam	Total Municípios UF	% Pesquisado
AC	21	22	95,5%
AL	94	102	92,2%
AM	56	62	90,3%
AP	14	16	87,5%
BA	392	417	94,0%
CE	175	184	95,1%
ES	76	78	97,4%
GO	232	246	94,3%
MA	187	217	86,2%
MG	828	853	97,1%
MS	77	78	98,7%
MT	136	141	96,5%
PA	110	143	76,9%
PB	206	223	92,4%
PE	169	184	91,8%
PI	209	224	93,3%
PR	389	399	97,5%
RJ	83	92	90,2%
RN	155	167	92,8%
RO	50	52	96,2%
RR	10	15	66,7%
RS	461	496	92,9%
SC	285	293	97,3%
SE	67	75	89,3%
SP	630	645	97,7%
TO	129	139	92,8%
<b>Total</b>	<b>5241</b>	<b>5563</b>	<b>94,2%</b>

## Resultados: Municipalização do Trânsito

A Municipalização do Trânsito consiste em integrar os órgãos ou entidades executivos de trânsito e rodoviários municipais ao Sistema Nacional de Trânsito - SNT, conforme prevê a Resolução 296/08 do CONTRAN - Conselho Nacional de Trânsito. Trata-se de um processo legal, administrativo e técnico, por meio do qual o município assume integralmente a responsabilidade pelos seguintes serviços: engenharia; fiscalização; educação para o trânsito; levantamento, análise e controle de dados estatísticos e Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – Jaris.

### Municípios integrados no país

A pesquisa revelou que apenas 748, dos 5241 municípios pesquisados, implantaram o processo de municipalização, passando a realizar a gestão do trânsito local. Esse número representa 14% dos municípios pesquisados.

O Município já municipalizou o trânsito?		
Sim	748	14,3%
Não	4493	85,7%
<b>Total</b>	<b>5241</b>	<b>100,0%</b>

A pesquisa constatou que o estado da federação que possui um maior percentual de municípios que assumiram a gestão do trânsito é o Rio de Janeiro (46%). O segundo estado com maior avanço nesta área é o Rio Grande do Sul, com 36% dos seus municípios pesquisados municipalizados. Certo avanço também pode ser observado em São Paulo, Mato Grosso do Sul e Ceará.

UF	Municípios Integrados	Municípios pesquisados	% Municipalizado
RJ	38	83	45,8%
RS	166	461	36,0%
SP	212	630	33,7%
MS	22	77	28,6%
CE	35	175	20,0%
SC	52	285	18,2%
PA	16	110	14,5%
AP	2	14	14,3%
AM	7	56	12,5%
MT	16	136	11,8%
RO	5	50	10,0%
RR	1	10	10,0%
SE	6	67	9,0%
PR	31	389	8,0%
PE	13	169	7,7%
MA	14	187	7,5%

GO	17	232	7,3%
PB	15	206	7,3%
AL	5	94	5,3%
ES	4	76	5,3%
MG	42	828	5,1%
AC	1	21	4,8%
RN	6	155	3,9%
BA	14	392	3,6%
PI	7	209	3,3%
TO	1	129	0,8%
<b>Brasil</b>	<b>748</b>	<b>5241</b>	<b>14,3%</b>

A título de comparação, abaixo segue o levantamento do DENATRAN referente à quantidade de municípios com o trânsito municipalizado.

ESTADO	Nº Municípios Integrados
ACRE	1
ALAGOAS	9
AMAPÁ	3
AMAZONAS	8
BAHIA	25
CEARÁ	47
ESPÍRITO SANTO	6
GOIÁS	26
MARANHÃO	47
MATO GROSSO	22
MATO GROSSO DO SUL	35
MINAS GERAIS	40
PARÁ	34
PARAÍBA	22
PARANÁ	30
PERNAMBUCO	24
PIAUI	8
RIO DE JANEIRO	57
RIO GRANDE DO NORTE	15
RIO GRANDE DO SUL	158
RONDÔNIA	6
RORAIMA	1
SANTA CATARINA	63
SÃO PAULO	253
SERGIPE	10
TOCANTINS	5
<b>Brasil</b>	<b>955</b>

Fonte: DENATRAN<sup>1</sup>

1

<http://www.denatran.gov.br/municipios/orgaosmunicipais.asp#SOBRE%20A%20MUNICIPALIZA%C3%87%C3%83O%20DO%20TR%C3%82NSITO>

## Grau de interesse na municipalização

Dos 4.493 municípios pesquisados que afirmaram ainda não ter assumido a gestão do trânsito, 55% manifestaram interesse no assunto. No entanto, uma outra parcela, considerada alta (44%), informou não possuir qualquer interesse na municipalização.

Se não, pretende municipalizar ?		
Sim	2480	55,2%
Não	1994	44,4%
Não respondeu	19	0,4%
<b>Total</b>	<b>4493</b>	<b>100,0%</b>

## Órgão municipal de trânsito

Os municípios que se integram ao Sistema Nacional de Trânsito, exercendo plenamente suas competências, precisam criar um órgão municipal executivo de trânsito, previsto no artigo 8º, do CTB e Resolução 296/2008-CONTRAN, com estrutura para desenvolver atividades de engenharia de tráfego, fiscalização de trânsito, educação de trânsito e controle e análise de estatística. Pode haver também a reestruturação de uma secretaria já existente, criando-se uma divisão ou coordenação de trânsito, um departamento, uma autarquia, de acordo com as necessidades e interesse do prefeito.

A presente pesquisa indagou aos 748 municípios que afirmaram já ter municipalizado o trânsito sobre que tipo de estrutura administrativa haviam criado. A maior parte (289 prefeituras) afirmou ter um departamento encarregado dentro da prefeitura. O segundo maior grupo (189 prefeituras) disse possuir uma secretaria. Dentre os 137 que responderam possuir outros tipos de órgãos, disseram possuir: superintendência, comissão, diretoria, gerência e outras secretarias encarregadas (obras, planejamento urbano, serviços públicos, assessoria, etc.). O órgão que se sobressai são as diretorias de trânsito.

Qual a estrutura administrativa municipal encarregada de cuidar dos problemas de trânsito?		
Não respondeu	5	0,7%
Coordenadoria	33	4,4%
Departamento	289	38,6%
Divisão	51	6,8%
Estrutura na Administração Indireta	40	5,3%
Outro	137	18,3%
Seção	4	0,5%
Secretaria	189	25,3%
<b>Total</b>	<b>748</b>	<b>100,0%</b>

## Autoridade de trânsito

Para efetivar a integração do município ao Sistema Nacional de Trânsito, deverá ser encaminhado ao Denatran, entre outras coisas, o ato de nomeação do dirigente máximo do órgão executivo de trânsito (autoridade de trânsito).

Quando procuramos saber qual é a autoridade de trânsito dos municípios, as respostas foram bem diversas. Entre as hipóteses apresentadas na pesquisa (tabela abaixo), a autoridade mais citada foi o (a) Secretário (a) Municipal de Transportes/Trânsito (19%). No entanto, o que prevaleceu foi a resposta “outros”, que incluiu, entre os mais citados: diretor de trânsito, chefe de departamento de trânsito, superintendente e coordenador de trânsito, diretor/comandante da guarda municipal, secretários de secretarias diversas, entre outros.

Qual é a autoridade de trânsito no seu Município?		
Não respondeu	5	0,7%
Outro	443	59,2%
Chefe da Divisão de Trânsito	68	9,1%
Comandante da Polícia Militar	30	4,0%
Secretário (a) Municipal de transportes/trânsito	141	18,9%
Servidor (a) Público Municipal	19	2,5%
Prefeito	42	5,6%
<b>Total</b>	<b>748</b>	<b>100,0%</b>

## Presença de engenharia de trânsito

A municipalização do trânsito é o processo legal, administrativo e técnico, por meio do qual o município assume integralmente a responsabilidade por diversos serviços. Um deles é referente à engenharia de trânsito, um setor que deve ficar responsável pelos seguintes aspectos:

- definição de políticas de estacionamento, de carga e descarga de mercadorias, de segurança de trânsito, de pedestres, de veículos de duas rodas, de circulação e estacionamento de veículos de tração animal, entre outras;
- planejamento da circulação, de pedestres e veículos, de orientação de trânsito, de tratamento ao transporte coletivo, entre outros;
- projeto de área (mão de direção, segurança, pedestres, sinalização etc.), de corredores de transporte coletivo (faixas exclusivas, localização de pontos de ônibus, prioridade em semáforos etc.), de pontos críticos (congestionamentos e elevado número de acidentes);
- implantação e manutenção da sinalização (vertical, horizontal e semaforica);
- operação de trânsito (estar na via resolvendo os problemas de trânsito);
- análise de edificações geradoras ou atratoras de trânsito de veículos ou de pedestres (pólos geradores de trânsito - escolas dos mais variados tamanhos, *shoppings centers*, *cursinhos*, terminais etc.);

- autorização de obras e eventos, na via ou fora dela, que possam gerar impacto no trânsito (obras viárias, shows, jogos de futebol, passeios ciclísticos, maratonas, festas juninas, filmagens etc.).

A presença de uma equipe de engenharia de trânsito não parece ser a realidade da maioria dos municípios que confirmaram a municipalização, uma vez que 56% afirmaram não possuir uma equipe com essas responsabilidades (417 municípios). Ou seja, apenas 320 municípios disseram possuir esse serviço.

<b>O Município possui uma equipe de engenharia de trânsito?</b>		
Sim	320	42,8%
Não	417	55,7%
Não respondeu	11	1,5%
<b>Total</b>	<b>748</b>	<b>100,0%</b>

### **Fiscalização**

O município que assume a gestão do trânsito deve exercer o poder de polícia administrativa de trânsito, aplicando as penalidades cabíveis e arrecadando as multas que aplicar dentro da competência legalmente estabelecida e no âmbito da circunscrição do município, através dos meios eletrônicos e não eletrônicos. Isso também inclui a autuação, processamento de multas, seleção, capacitação, treinamento, designação e credenciamento de agentes de fiscalização.

Neste caso, a maioria dos municípios afirmou já ter constituído um corpo de agentes civis municipais responsável pela fiscalização do trânsito (55%). No entanto, ainda existe um percentual grande (43%) de municípios em que a fiscalização é efetuada pela polícia militar, através de convênios.

<b>O Município constituiu um corpo de agentes civis municipais responsável pela fiscalização do trânsito?</b>		
Sim	409	54,7%
Não	322	43,0%
Não respondeu	17	2,3%
<b>Total</b>	<b>748</b>	<b>100,0%</b>

<b>Em caso de não, quem está fiscalizando?</b>		
Outro	11	3,4%
Fiscalização realizada pela polícia militar	293	91,0%
Não respondeu	18	5,6%
<b>Total</b>	<b>322</b>	<b>100,0%</b>

### **Conselho**

A pesquisa também indagou as prefeituras sobre a existência de um Conselho Municipal de Trânsito no município. Um pouco mais da metade dos municípios que assumiram a gestão do trânsito possuem tal conselho (51%).

<b>O Município possui Conselho Municipal de Trânsito?</b>		
Sim	381	50,9%
Não	338	45,2%
Não respondeu	29	3,9%
<b>Total</b>	<b>748</b>	<b>100,0%</b>

### Controle de dados

Outra tarefa do município é assumir integralmente a responsabilidade pela análise e controle de dados estatísticos relativos ao trânsito municipal, tais como: acidentes, acidentes com vítima, mortos em acidentes, volume de veículos por tipo, volume de pedestres etc.

Não são todos os municípios que já fazem esse acompanhamento de dados, pois 196 (26%) disseram não realizar esse trabalho. No entanto, a maior parte (71%) já assumiu essa parte da gestão municipal de trânsito.

<b>O Município está realizando o levantamento, a análise e o controle dos dados estatísticos municipais de trânsito?</b>		
Sim	531	71,0%
Não	196	26,2%
Não respondeu	21	2,8%
<b>Total</b>	<b>748</b>	<b>100,0%</b>

### Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI

A JARI constitui a primeira instância de recurso administrativo prevista pelo CTB para que o cidadão possa recorrer contra penalidades impostas pela autoridade de trânsito, no âmbito da sua competência.

O município deve constituir uma Jari para julgar os recursos referentes às multas aplicadas por infrações de trânsito de competência municipal que atuará junto ao órgão executivo municipal de trânsito.

A pesquisa mostrou que 682 municípios pesquisados (91%) possuem uma Junta ativa e operante. Uma parcela menor – 39 municípios – disse possuir uma JARI que está, todavia, inoperante. Doze deles disseram não possuir uma JARI.

<b>O Município possui JARI?</b>		
Não	12	1,6%
Sim (ativa)	682	91,2%
Sim (mas inoperante)	39	5,2%
Não respondeu	15	2,0%
<b>Total</b>	<b>748</b>	<b>100,0%</b>

### Arrecadação de Multas

A maior parte dos municípios afirmou estar arrecadando valores com as multas de trânsito – 668 (89%). Desses, 643 disseram que aplicam esses recursos no trânsito municipal (96%). Apenas 19 disseram gastar os valores recolhidos com multas com outras despesas da prefeitura. No entanto, 527 afirmaram que esses recursos arrecadados não são suficientes para as despesas de trânsito (79%). Outra pequena parte (115 municípios) disse que esses recursos são suficientes.

<b>O Município já está arrecadando valores com as multas de trânsito registradas no município?</b>		
Sim	668	89,3%
Não	50	6,7%
Não respondeu	30	4,0%
<b>Total</b>	<b>748</b>	<b>100,0%</b>
<b>Em que setor está sendo aplicado os valores arrecadados com as multas?</b>		
Outras despesas da prefeitura	19	2,8%
Trânsito (sinalização, engenharia de trânsito, de campo, policiamento, fiscalização, educação de trânsito, etc.)	643	96,3%
Não respondeu	6	0,9%
<b>Total</b>	<b>668</b>	<b>100,0%</b>
<b>Esses recursos arrecadados com as multas são</b>		
Não são suficientes para as despesas de trânsito	527	78,9%
Suficientes para cobrir as despesas de trânsito	115	17,2%
Não respondeu	26	3,9%
<b>Total</b>	<b>668</b>	<b>100,0%</b>

## Consórcio

A participação em consórcios não é muito comum, já que apenas 34 municípios disseram participar de consórcio na área de trânsito.

<b>O Município participa de algum consórcio na área de trânsito?</b>		
Sim	34	4,5%
Não	680	90,9%
Não respondeu	34	4,5%
<b>Total</b>	<b>748</b>	<b>100,0%</b>

## Convênios

Os convênios são mais comuns, já que 78,2% - 585 municípios – firmaram convênios na área, em sua maioria com a polícia militar (66,8%).

<b>Foi firmado algum convênio na área de trânsito?</b>		
Sim	585	78,2%
Não	147	19,7%
Não respondeu	16	2,1%
<b>Total</b>	<b>748</b>	<b>100,0%</b>

<b>Em caso afirmativo, com quem foi firmado o convênio?</b>		
Orgão federal	26	4,4%
Polícia militar	391	66,8%
Não respondeu	10	1,7%
Outro	158	27,0%
<b>Total</b>	<b>585</b>	<b>100,0%</b>

### **Regulamentação da atividade de mototaxista**

Não existe ainda uma lei federal que defina claramente a competência dos Municípios para autorizar, permitir ou conceder a exploração do serviço de transporte remunerado de passageiros em motocicletas, amplamente conhecido como moto-táxi.

Até hoje ainda não existe algum dispositivo jurídico que determine sobre em que nível da federação está a competência para regular e fiscalizar a prestação dos serviços de moto-táxi.

Mesmo diante da ausência de legislação federal sobre o tema, muitos Municípios estão demonstrando interesse em permitir e regular os serviços de moto-táxi e motoboy ao aprovar leis municipais sobre a questão.

A presente pesquisa revelou que 642 municípios (12,5% dos pesquisados) já regulamentaram a atividade de mototaxista. Também revelou que, dentre os que não possuem leis específicas regulando a matéria, mais da metade (2.552) não tem interesse em regulamentar a atividade.

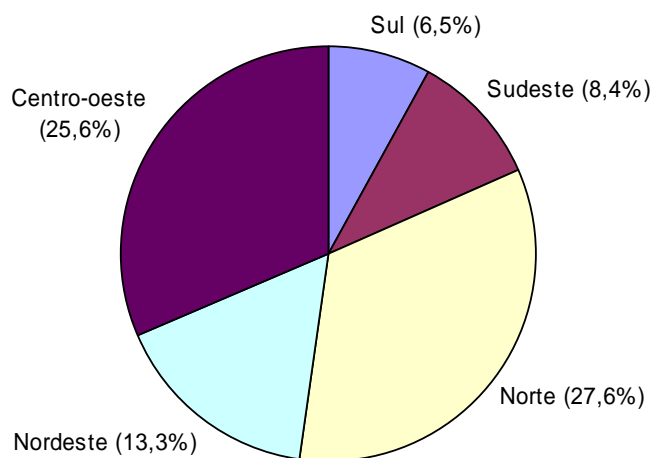
O que se constata na comparação por estado é que os municípios do Norte e do Centro Oeste do país são os que mais regulamentaram a matéria até agora. No Acre, mais da metade de seus municípios disseram que possuem lei dispendo sobre a atividade de mototaxista. Os estados do sul e do sudeste são os que menos regulamentaram a questão.

<b>UF</b>	<b>Não</b>	<b>Sim</b>	<b>Total de Municípios Pesquisados</b>	<b>Total de Municípios do Estado</b>	<b>% Regulamentados</b>
AC	8	12	20	22	60,0%
RO	29	21	50	52	42,0%
MS	50	26	76	78	34,2%
PA	72	37	109	143	33,9%
AM	40	16	56	62	28,6%
AP	10	4	14	16	28,6%
GO	168	58	226	246	25,7%
AL	67	22	89	102	24,7%
MT	107	28	135	141	20,7%
RR	8	2	10	15	20,0%
CE	140	34	174	184	19,5%
MA	155	31	186	217	16,7%

PB	172	32	204	223	15,7%
SE	56	9	65	75	13,8%
PE	147	22	169	184	13,0%
TO	114	16	130	139	12,3%
RN	137	17	154	167	11,0%
SP	543	62	605	645	10,2%
BA	346	39	385	417	10,1%
RJ	74	8	82	92	9,8%
PR	337	30	367	399	8,2%
MG	742	61	803	853	7,6%
SC	264	20	284	293	7,0%
PI	195	12	207	224	5,8%
RS	413	21	434	496	4,8%
ES	64		64	78	0,0%

### Por região

O Norte lidera - 27,6% de seus municípios com lei municipal sobre mototaxi. Em seguida vem o Centro-Oeste, a segunda região do país a dar maior atenção à questão.



### Capitais que regulamentaram o serviço de mototaxi:

Rio Branco	AC
Manaus	AM
Macapá	AP
Teresina	PI
Fortaleza	CE
Campo Grande	MS
Goiânia	GO
Palmas	TO
Rio de Janeiro	RJ

## Regulamentação da atividade de motoboy

A atividade de motoboy ainda é menos regulamentada do que a atividade de mototaxista. A pesquisa constatou que 488 cidades do país possuem Lei Municipal sobre a matéria – 9% do total de municípios.

O interesse em regulamentar também é um pouco menor - 37% manifestaram interesse (1707 municípios).

Acre e Mato Grosso do Sul são os estados com a maior proporção de municípios que possuem essa Lei Municipal.

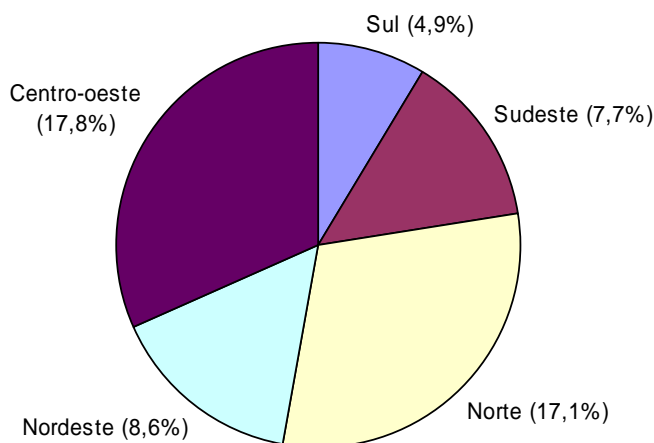
UF	Não	Sim	Total de Municípios pesquisados	Total de Municípios no Estado	% Regulamentados
AC	10	5	15	22	33,3%
MS	58	19	77	78	24,7%
PA	85	22	107	143	20,6%
RR	8	2	10	15	20,0%
GO	178	43	221	246	19,5%
RO	41	9	50	52	18,0%
AM	46	10	56	62	17,9%
AP	12	2	14	16	14,3%
AL	72	11	83	102	13,3%
TO	114	16	130	139	12,3%
SE	58	8	66	75	12,1%
SP	533	68	601	645	11,3%
MT	119	15	134	141	11,2%
CE	153	19	172	184	11,0%
PB	179	22	201	223	10,9%
PE	152	16	168	184	9,5%
RJ	75	7	82	92	8,5%
MA	167	15	182	217	8,2%
BA	353	31	384	417	8,1%
RN	139	10	149	167	6,7%
SC	265	18	283	293	6,4%
MG	752	45	797	853	5,6%
PR	351	19	370	399	5,1%
RS	419	17	436	496	3,9%
PI	200	7	207	224	3,4%
ES	65		65	78	0,0%

Capitais que regulamentaram atividade de motoboy:

Rio Branco	AC
Manaus	AM
Macapá	AP
Aracaju	SE
Campo Grande	MS
Goiânia	GO
Curitiba	PR
Palmas	TO
Rio de Janeiro	RJ

### Regulamentação da atividade de motoboy por região

No caso da regulamentação das atividades de motoboy a região Centro-Oeste ultrapassa um pouco a região Norte. A região sul continua sendo a que menos regulamenta.



As atividades de motoboy e mototaxista estão ligadas, em sua maioria, a órgãos externos, como a polícia militar e o DETRAN. Nos outros pesquisados, estão ligadas à secretaria de transportes e setores de trânsito.

Essas atividades estão ligadas a qual órgão da administração?		
Setor de trânsito	143	12,4%
Secretaria de transportes	198	17,2%
Outro órgão	813	70,5%
<b>Total</b>	<b>1154</b>	<b>100,0%</b>